



Renan define com lideranças calendário de votações do ano

Projetos prioritários começam a ser decididos hoje. Senadores também acertaram esforço concentrado nos meses da Copa e das eleições

Reunião ontem do presidente do Senado, Renan Calheiros, com líderes partidários e presidentes de comissões definiu projetos prioritários para votação em 2014.

Já na pauta de hoje está a proposta de redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013). Senadores também acertaram a programação de esforço

concentrado de votação em junho e em outubro. Além disso, estão agendadas três sessões temáticas, que tratarão de segurança pública, mobilidade urbana e educação e trabalho. **3**

Congresso celebra 20 anos de lançamento do Plano Real

Estabilidade e aumento da renda foram os resultados mais destacados pelos senadores na sessão solene do Congresso ontem. Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, quando o Real foi criado,

o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi homenageado na sessão. Em discurso, ele pediu entusiasmo às novas gerações e disse que o momento do país é de renovação política. **4 e 5**

Renan Calheiros (E), ao lado de Aécio Neves e Romero Jucá, ouve discurso do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso na sessão solene pelos 20 anos do lançamento do Plano Real



Gerardo Magela/Agência Senado

Medida que libera para o Fies R\$ 2,53 bilhões é aprovada **2**



João Cayres, Flavio Meneghetti, senador Luiz Henrique, Luiz Moan e Angela Crespo na Comissão de Assuntos Econômicos

Alterações tributárias não são ideais, dizem especialistas **6**

Justiça do Trabalho ganha novos cargos para informática **2**

Para debatedores, imposto encarece carro

Os impostos representam, em média, um terço do preço de um automóvel no Brasil, segundo debatedores que participaram ontem de audiência pública na CAE. Eles citaram ainda a defasagem de tecnologia

e a falta de peças para reposição entre os problemas com carros no país. Mais de 200 perguntas e observações foram enviadas por cidadãos para a audiência por meio do Alô Senado e das redes sociais. **7**

Mudanças na maioria penal vão ao Plenário **7**

Senar Rondan



Proteção a escola indígena, quilombola e rural avança

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto que dificulta o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. A iniciativa, que segue para análise do

Plenário, exige que o órgão normativo do sistema de ensino analise a justificativa da secretaria de Educação, o impacto da medida e a manifestação da comunidade. **8**

Escola no assentamento São José, em Paranã, interior do Tocantins: aprovação de projeto pode dificultar fechamento de estabelecimento em regiões remotas

Aprovada MP que liberou R\$ 2,53 bilhões para o Fies

Medida provisória foi aprovada ontem, sem alterações. Segundo o governo, a demanda pelo financiamento estudantil para o ensino superior cresceu exponencialmente nos últimos três anos

O **PLENÁRIO DO Senado** aprovou a medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A MP 626/2013, que vai à promulgação, teve Wilder Moraes (DEM-GO) como relator. O senador recomendou a rejeição de uma emenda apresentada em comissão

mista do Congresso. O texto foi aprovado sem alterações.

Na exposição de motivos, o Executivo assinalou que a suplementação de recursos é essencial para assegurar a continuidade de acesso de estudantes ao ensino superior não gratuito, por meio do pagamento de novos financiamentos e de aditamentos dos já contratados.

O governo alegou ainda que, nos últimos três anos, houve um crescimento exponencial na demanda pelo Fies, devido à redução da taxa de juros praticada, à ampliação dos prazos de carência e de pagamento e à criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), que dispensa a exigência de fiador para estudantes de menor renda.



Segundo o Executivo, suplementação é essencial para assegurar a continuidade do acesso ao ensino superior não gratuito

Mudança em juros de dívidas de estados

O Senado deve votar até o final de março o projeto que muda o indexador da dívida dos estados e dos municípios com a União. Após se reunir com os presidentes das comissões para definir as prioridades do semestre, o presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou que existe um compromisso assumido em dezembro para que a proposta (PLC 99/2013) seja votada logo.

O projeto, apresentado pelo Executivo, troca o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Também fixa como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic — o que for menor.

Na Câmara, o texto foi alterado para prever descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e o apurado com a aplicação da variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos.

O projeto é o nono item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje. O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), já se manifestou contrariamente

às três emendas apresentadas em Plenário por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Luiz Henrique adverte que qualquer alteração no texto aprovado pelos deputados implicará retorno à Câmara, o que tornaria “incerto o destino de importantes providências contidas no projeto”.

Uma das emendas veda a cobrança de juros nos contratos de empréstimos firmados com estados, Distrito Federal e municípios. Luiz Henrique disse não ver razão para que alguns estados e municípios estejam livres do pagamento de juros, “privilegio não concedido a nenhum outro devedor”. Outra emenda prevê a criação de uma CPI para analisar os atos e fatores geradores das dívidas dos estados e municípios. A terceira emenda visa alterar

a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na parte relativa a exigências para concessão de incentivos fiscais.

Pedido de vista

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que será apresentado um pedido de vista amanhã na CCJ, após a apresentação do relatório sobre as emendas. Com isso, a votação na comissão será adiada para a semana posterior ao Carnaval.

Pelo acordo firmado em Plenário, as mudanças propostas por Randolfe também têm de passar pela análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Isso pode acontecer nas semanas seguintes ao feriado, antes de o projeto retornar ao Plenário, onde, pela expectativa de Braga, a votação deve acontecer no dia 27 de março.

O projeto começou a tramitar na Câmara no início de 2013, sendo aprovado em 23 de outubro e encaminhado ao Senado. A votação passou a enfrentar resistências depois que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ponderou que a conjuntura econômica mundial não favorece a aprovação. O ministro teme o impacto da redução dos encargos nas contas do governo federal.



Expectativa de Braga é que votação em Plenário ocorra em 27 de março

Criados novos cargos nos TRTs de Sergipe e Santa Catarina

Dois projetos que criam cargos nos Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª e da 20ª Região — com sede em Santa Catarina e Sergipe, respectivamente — foram aprovados ontem em Plenário e seguem agora para sanção presidencial.

O PLC 107/2013 estabelece a criação de 23 cargos de analista judiciário e 4 cargos de técnico judiciário, todos na especialidade tecnologia da informação.

O PLC 108/2013, por sua vez, cria 7 cargos de analista judiciário e 8 cargos de técnico judiciário, também em tecnologia da informação. Ambos os projetos foram

de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A criação dos cargos decorre da necessidade de adequar o quadro permanente de pessoal do TRT ao disposto na resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 63/2010, que trata da padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

O órgão aponta escassez de servidores para as áreas mencionadas, aptas a dar o suporte técnico à implantação do processo judicial eletrônico, em curso em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

Benedito saúda Centro de Estudos Superiores de Maceió

Ao chamar a atenção para a importância da educação no progresso dos estados mais carentes, Benedito de Lira (PP-AL) destacou ontem, em Plenário, a importância do Centro de Estudos Superiores de Maceió, instituição de ensino superior que mantém 32 cursos em 6 unidades em Alagoas.

— A instituição agrega

valor, ao mesmo tempo em que atende os anseios dos estudantes por mais vagas e a população do estado, beneficiária final desse ciclo virtuoso — declarou.

Benedito também saudou, no discurso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas iniciativas que promoveram a interiorização do ensino superior.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Criação de órgãos

14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta que dificulta a aprovação de projetos de criação e extinção de órgãos.

PRESIDÊNCIA Posse na Justiça

15h O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa; às 16h, preside a ordem do dia; às 17h, participa da posse dos ministros Antonio José de Barros Levenhagen, no cargo de presidente do TST; Ives Gandra, vice-presidente; e João Batista Brito Pereira, corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Às 19h, de cerimônia de entrega da medalha de Cavaleiro da Legião de Honra a Carlos Eduardo Gaba, secretário-executivo do Ministério da Previdência Social.

CAS Previdência Social

9h Projeto assegura que a parte do orçamento da seguridade social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo.

CCJ Dívidas dos estados

10h Entre os 27 itens da pauta, emendas apresentadas em Plenário ao projeto que muda o indexador de dívidas de estados e municípios.

CDH Estatuto do Idoso

11h Projeto que altera o Estatuto do Idoso para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte e o que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito à reinserção familiar.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, reunião da **Comissão de Assuntos Sociais**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Alvaro quer detalhes de empréstimos a Cuba e Angola

Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou ao Plenário que impetrou mandado de segurança contra a presidenta Dilma Rousseff; o ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges; e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, por causa de empréstimos feitos a Cuba e Angola. Para ele, esses empréstimos ferem a Constituição.

O senador disse que, por várias vezes, tentou obter informações do governo, sem sucesso, o que fere a Lei de Acesso à Informação.

— Esperamos que o Supremo quebre a caixa-preta, o sigilo inexplicável de empréstimos com dinheiro público, sem que a sociedade saiba os objetivos, prazos de carência, taxas de juros privilegiadas. Trata-se de defender o interesse público — disse Alvaro.



Aloysio critica Dilma por comentários sobre Venezuela

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou a presidente Dilma Rousseff por dizer que não cabe ao Brasil discutir a situação da Venezuela, o que seria contrário à política externa do país. Ele questionou a afirmação de que a Venezuela obteve ganhos sociais consideráveis nas áreas de saúde e educação.

— Mas não há avanço econômico e social, ainda que fossem reais, que possa ser alcançado ao preço das instituições democráticas, ao preço do respeito aos direitos humanos. A presidente do Brasil jamais poderia fazer esse balanço: de um lado, os avanços supostos ou reais na área de saúde e educação e, de outro lado, o sistema democrático em frangalhos.

O senador também criticou nota em que o Mercosul condena a oposição venezuelana.

Planejamento de votações inclui esforço concentrado

Líderes partidários e presidentes de comissões estabeleceram ontem com o presidente do Senado os projetos que serão votados este semestre. Redefinição das dívidas dos estados está pautada para hoje

EM REUNIÃO ONTEM, o presidente do Senado, Renan Calheiros, líderes partidários e presidentes de comissões definiram um planejamento para as votações deste semestre, com a apresentação de projetos prioritários, temas a serem debatidos e a previsão de períodos de esforço concentrado.

Os projetos a serem votados com urgência no Plenário incluem a redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013), pautado para hoje.

— Nós tínhamos assumido um compromisso no final do ano passado e vamos votar a matéria — afirmou Renan.

A PEC do Trabalho Escravo (PEC 57-A/1999) deve constar da pauta em 19 de março. O projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) também faz parte da lista de prioridades.

Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), entregou uma relação de 27 projetos aprovados na comissão e prontos para o Plenário. É o caso do PLS 250/2005, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência, e a PEC 34/2013, que dificulta a aprovação de projeto para a criação e extinção de órgãos públicos.

Renan informou que o planejamento de votações inclui a realização de períodos de esforço concentrado. Ele adiantou que os senadores já concordaram em fazer uma semana inteira de votação, de segunda a sexta, em junho.

Em Plenário, Renan apresentou uma lista com outros



Renan Calheiros (C) conduz reunião com líderes e presidentes de comissões

projetos sugeridos como prioridades pelas comissões, que podem ir a votação ao longo do semestre.

Entre os temas, estão a obrigatoriedade dos municípios de criarem brigadas de incêndios quando não houver corpo de bombeiros; a proteção a pedestres e ciclistas; a competência privativa do Senado para deliberar sobre acordos internacionais; a política de proteção à adolescência; a transferência de dados informáticos para autoridades públicas para apuração de crimes contra crianças e adolescentes; o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a carteira de trabalho por meio eletrônico; o combate ao tráfico internacional de

peçoas; e o projeto que cria a figura do “padrinho legal” como responsável pelo sustento e manutenção de menores.

— Nós estabelecemos a pauta e desde já vamos decidir em que dias o Senado deliberará. Isso é importante para garantir a certeza da deliberação — disse Renan.

Um parecer sobre o projeto de lei antiterrorismo (PLS 499/2013) deve ser apresentado hoje por Pedro Taques (PDT-MT), presidente da Comissão Temporária de Segurança Pública e relator do projeto de Código Penal. Na CCJ, também deve ser apreciado o PLS 508/2013, de Armando Monteiro (PTB-PE), que define o crime de vandalismo.

Plenário debaterá educação, segurança e mobilidade urbana

Por sugestão dos presidentes de comissões, o Senado deverá realizar em Plenário três sessões temáticas, que podem ser transformadas em deliberativas ao fim dos debates. Elas tratarão de segurança pública, mobili-

dade urbana e educação e trabalho.

A série de sessões temáticas teve início em 2013, quando parlamentares e ministros discutiram reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo.

Plenário aprova regulamentação para vinho colonial

O Plenário aprovou projeto que estabelece as normas de produção de vinho colonial por agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais. A proposta (PLC 110/2013) segue para sanção.

O projeto determina que o vinho colonial seja fabricado com no mínimo 70% de uvas produzidas na propriedade rural familiar e na quantidade máxima de 20 mil litros anuais.

A elaboração, a padronização e o envasilhamento do produto devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural. A venda deve ser efetuada diretamente ao consumidor final, na sede da propriedade, em estabelecimento mantido

por associação ou cooperativa de produtores rurais, ou em feira de agricultura familiar.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o projeto vai atender a uma classe de produtores que realiza a atividade há mais

de cem anos. Para Ana Amélia (PP-RS), a formalização do vinho colonial vai contribuir para a agregação de renda no meio rural, fortalecer comunidades locais e contribuir para a geração de empregos.



Relatora na Comissão de Agricultura, Ana Amélia defende a proposta

Ana Rita celebra os 34 anos do Partido dos Trabalhadores

Ana Rita (PT-ES) comemorou ontem em Plenário os 34 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), completados em 10 de fevereiro. A senadora lembrou que a legenda é resultado do esforço de brasileiros que se dedicam à luta política e social para construir uma sociedade melhor. Acrescentou que, graças a essa luta, o PT está mudando os rumos do país.

Ela ressaltou a luta do partido pela redemocratização do país, pela valorização do salário mínimo e pela reforma agrária, além de destacar os avanços nas gestões do partido na Presidência da República, como a redução da pobreza no país.

— Completamos 34 anos, com muitos motivos para celebrar: reduzimos a inflação, colocamos os mais pobres no centro das políticas econômicas, criamos 21 milhões de empregos, 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e 42 milhões alcançaram a classe média — disse a senadora.

Ana Rita também mencionou a comemoração, em fevereiro, dos 82 anos da conquista do voto feminino no Brasil.



Casildo elogia cursos de aeronáutica em Santa Catarina

Em pronunciamento ontem, Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a inauguração, na semana passada, em Palhoça (SC), de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), voltada para a formação de pilotos de avião. A escola oferece 22 cursos na área aeronáutica, como piloto privado e comercial de avião e helicóptero, tráfego aéreo internacional e manutenção de aeronaves.

Segundo o senador, a escola faz parte do movimento A Indústria pela Educação, da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), que estimula o setor industrial a promover o acesso ao ensino.

O parlamentar lembrou que a educação exige investimentos de longo prazo e não tem retorno imediato, mas sempre de forma continuada e perene.

Especialistas veem limitações em mudanças tributárias

Convidados de audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória 627 reconheceram que o texto traz avanços, mas ressaltaram que é preciso ir além nas alterações do regime tributário

AS MUDANÇAS PROPOSTAS pela Medida Provisória 627/2013 no sistema de tributação de lucros no exterior das empresas brasileiras não são suficientes para deixá-las mais competitivas. Em audiência pública ontem, especialistas concordaram que a iniciativa do governo traz avanços, mas ainda não soluciona muitos problemas das multinacionais que competem com companhias de outros países.

O consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Romero Tavares reconheceu que questões levantadas pelos empresários foram levadas em consideração pelo governo e pelo relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mas reiterou que as alterações precisam ir além:

— O sistema brasileiro, para quem opera no Brasil, é igual para todos. Ou seja, é difícil para todos. Mas, quando vamos para o resto do mundo, as multinacionais estrangeiras levam vantagem sobre as brasileiras — observou.

Segundo ele, a MP não incentiva o reinvestimento na capacidade produtiva da própria empresa; em vez disso, acaba premiando a distribuição de caixa aos acionistas.

Para o diretor da LCA Consultoria Estratégica de Economia, Bernard Appy, a medida provisória melhora a situação, todavia o regime brasileiro



Convidados afirmaram que a MP ainda não é a ideal para aumentar a competitividade

continua sendo um dos mais onerosos para quem tem negócios no estrangeiro.

— Acho que faltou uma discussão prévia do que se quer das empresas: um regime que estimula a competitividade ou um regime que maximiza a arrecadação a curto prazo. É importante para as empresas serem competitivas no exterior — afirmou Appy.

Para o consultor, que já foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda, mesmo com as alterações do relator, o modelo proposto ainda não é o ideal.

Defesa

Ao sair em defesa do governo, o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, argumentou que, durante a elaboração da medida provisória, foi feito um amplo trabalho de discussão com as empresas. O resultado não

é o melhor, admitiu, mas o possível dentro das limitações orçamentárias e financeiras do país.

Ainda segundo ele, a tributação de lucros no exterior tem sido objeto de litígios entre governos e companhias há vários anos:

— No mundo inteiro, há ampla revisão desses modelos adotados. O fato é que grandes corporações acabam não pagando imposto de renda em lugar nenhum. Nem no país de origem, nem onde investe. E o resultado disso é uma erosão da base fiscal e prejuízo para os cofres públicos — explicou.

De acordo com Dyogo de Oliveira, tributações muito benéficas serão revistas em breve, inclusive pelos países integrantes do G-20.

— Nossas normas dentro de quatro anos estarão convergentes com a legislação internacional, que está ficando mais dura — analisou.

Relator quer aprovação até 30 de abril

O relator da MP 627/2013, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quer votá-la até 30 de abril no Senado e na Câmara. O parlamentar informou que pretende acelerar a análise das mudanças propostas por ele para que as empresas já possam adotar as novas regras nos próximos balanços.

— Temos interesse em dar celeridade ao andamento da

materia para que as empresas, quando publicarem seus balanços a partir de abril, já o façam com regramentos conhecidos. A intenção é concluir a votação até 30 de abril nas duas Casas [do Congresso] — disse Cunha, prevendo que não haverá embate entre oposição e governo, mas debate sobre o que é melhor para a economia brasileira e para as empresas.

A MP vigora por 60 dias, podendo ser prorrogada uma vez por mais 60 dias. Ela passa a trancar a pauta da Câmara 45 dias após o início da tramitação no Congresso, desde que tenha sido aprovada na comissão mista.

A comissão mista realizará hoje nova audiência pública. O encontro está marcado para 14h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal.

MP que trata de unidades para menor infrator será analisada

O relatório final sobre a MP 630/2013 será apresentado em 11 de março pela relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR). No dia seguinte, senadores e deputados vão discutir e votar o texto.

As datas foram definidas ontem durante a reunião da comissão. Alguns integrantes do colegiado destacaram a importância de a proposta ser bem discutida antes da apreciação, entre eles os deputados Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Danilo Forte (PMDB-CE).

Jardim sugeriu uma audiência pública na comissão mista. Já Danilo Forte destacou que a MP é um avanço e facilitará a construção de presídios, mas ressaltou que é necessário pensar no gerenciamento das obras.

Gleisi Hoffmann disse que está à disposição para conversar com os senadores e deputados que tiverem propostas para construir um relatório de consenso. No entanto, solicitou que a comissão estabelecesse um prazo máximo para votação.

Após consultar os parla-

mentares, o presidente da comissão, deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), fixou o dia 19 de março como data-limite. A partir do dia 20, a matéria trancaria a pauta de votações da Câmara.

A medida provisória permite a contratação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo para menores infratores. O regime prevê prazos mais curtos e procedimentos mais simples para a contratação de obras.

A medida, publicada no *Diário Oficial da União* em dezembro de 2013, altera a Lei 12.462/2011, que instituiu o RDC e permite sua utilização para as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas; para obras em aeroportos distantes até 350 quilômetros das cidades-sede desses eventos; para ações do Programa de Aceleração do Crescimento; e para as obras de engenharia do SUS.



Senadora Gleisi Hoffmann apresentará relatório à MP 630 no dia 11 de março

Comissão do Orçamento pode votar convocação de ministro

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi adiada ontem e remarcada para hoje, às 15h10.

Na pauta estão dois avisos com prestações de contas do governo Lula (2009) e do governo Dilma Rousseff (2011).

Também pode ser analisado requerimento que convoca o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para

prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados para realização dos empenhos das emendas parlamentares.

O autor do requerimento é o deputado Danilo Forte (PMDB-CE), para quem o ministério tem utilizado critérios pouco claros para a realização dos empenhos, privilegiando algumas emendas em detrimento de outras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para debatedores, imposto é vilão do preço de carro

Participantes de debate promovido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos criticam os altos tributos sobre o setor automotivo, que, segundo eles, respondem por um terço do preço dos veículos

A PESADA CARGA tributária é um dos principais motivos dos altos preços dos carros no Brasil, segundo debatedores que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os impostos representam, em média, um terço do preço de um carro no país, disseram os convidados do debate sugerido por Ana Amélia (PP-RS) e conduzido pelo vice-presidente da comissão, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Jornalista do site Consumo em Pauta, Angela Crespo defendeu que a população brasileira tenha mais acesso à educação para o consumo. Ela disse que o brasileiro paga caro por veículos pessoais.

— Pagamos caro por um veículo, mas não temos a qualidade que esperamos nem um pós-venda eficiente — disse.

Ela informou que, nos últimos 7 anos, quase 7 milhões de veículos foram convocados para recall. Anualmente, o Brasil fabrica 3,5 milhões de carros e quase 1 milhão é convocado para recall todos

os anos. A jornalista acrescentou que pelo menos 40% dos proprietários convocados acaba não atendendo ao recall, o que aumenta a insegurança no trânsito.

Angela também reclamou que a falta de peças para reposição é notória no país e que proprietários chegam a esperar meses para solucionar um defeito.

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), João Cayres, afirmou que a compra de materiais e componentes é responsável por 50% do custo das montadoras de veículos. Ele acrescentou que a mão de obra representa 8% do custo; energia elétrica e água, 0,3%; despesas com vendas, 4%; propaganda, 3%; fretes, 1,6%; e compras de peças de reposição, 12%.

Já a participação dos tributos no preço é de 30%, afirmou o sindicalista, que fez a comparação desse percentual com o dos Estados Unidos (6%), Japão (9%) e Alemanha, França e Reino Unido (17%).

Ele aproveitou para criticar o Brasil por “cobrar muito imposto sobre o consumo e pouco sobre a renda”.

Como exemplo do peso dos tributos no preço dos carros, Cayres disse que o modelo Camaro, da Volkswagen, é quatro vezes mais caro do que nos Estados Unidos. No Brasil, segundo ele, custa R\$ 213 mil — R\$ 64 mil de impostos. Também afirmou que a maioria dos carros nacionais está defasada tecnologicamente se comparada com os europeus.

Interação

Ana Amélia informou aos participantes que mais de 200 perguntas e observações foram enviadas por cidadãos para a audiência pública por meio do Alô Senado e das redes sociais.

Luiz Henrique informou que todas as perguntas seriam entregues aos debatedores para que sejam respondidas posteriormente.

Também participou do encontro o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Redução da maioria penal será discutida pelo Plenário

A proposta de emenda constitucional que prevê a redução da maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos e quando houver reincidência do delito vai ser examinada pelo Plenário do Senado. A PEC 33/2012 foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 19, mas o autor da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), conseguiu o número de assinaturas (um décimo dos senadores) para que o texto seja examinado por todos os parlamentares.

O líder do PSDB considera necessária a votação em Plenário por se tratar de tema polêmico que, na avaliação dele, requer uma discussão

mais ampla. Para Aloysio, a proposta é uma solução moderada e cautelosa. Ele afirmou ainda que a redução da maioria penal foi muito politizada na CCJ, com um esforço do PT para derrubar a mudança. A PEC 33 foi derrotada na comissão por 11 a 8.

— O governo Dilma atuou muito fortemente para derrotar a PEC. Ainda hoje fui procurado por uma senadora do PT que quer conversar comigo sobre esse assunto e propor alguma alternativa. Não me considero o dono da verdade. Então, daqui até a votação em Plenário, terei tempo para examinar as propostas que forem feitas — afirmou o senador.

Anibal Diniz repudia casos de violência gratuita entre jovens

O espancamento do professor de educação física Lucas Xavier no domingo, em Brasília, foi tema do discurso de Anibal Diniz (PT-AC). Ele expressou repúdio e indignação com o aumento dos casos de violência gratuita cometidos por jovens e pediu medidas que disseminem a cultura de paz e reduzam o sentimento de impunidade.

— Não bastará se não insistirmos, em uma educação que tenha por princípios o respeito, a tolerância e o bom exemplo. É preciso que, em casa, pais imponham limites. Que, em salas de aula, professores

e alunos discutam temas como o bullying, a discriminação e o funcionamento do sistema de justiça — afirmou o senador.

Anibal também cumprimentou o ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso, que, na sessão em comemoração aos 20 anos do Plano Real, reconheceu que o Brasil melhorou sob os governos de Luiz

Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Para o senador, a decisão de Lula de manter a política econômica do governo anterior foi um passo que permitiu os avanços sociais dos últimos 12 anos.



Moreira Maniz/Agência Senado

Jayme lamenta crescimento da violência em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou o crescimento da violência em Mato Grosso. O senador disse que, nos últimos dias, vários crimes assustaram a população do estado.

O senador relatou que um major e um cabo da Polícia Militar foram assassinados e que cinco pessoas morreram e três ficaram feridas em uma chacina em Várzea Grande, na Região Metropolitana de Cuiabá. Jayme informou que a capital de Mato Grosso registra hoje dois assassinatos por dia. Esse índice, segundo o senador, é maior que o registrado

nas guerras do Iraque ou do Vietnã.

— Mato Grosso passou a ser um dos estados mais violentos da Federação, tendo em vista a falta de compromisso do governo do estado com uma segurança pública à altura do povo mato-grossense — declarou.

O senador voltou a criticar a intenção do Exército de fechar três unidades de fronteira em Mato Grosso. Segundo o senador, não é só a segurança pública que está em dificuldade no estado: educação, saúde e infraestrutura também precisam de mais investimentos.



Moreira Maniz/Agência Senado



Luiz Henrique (ao centro, na mesa) coordena debate sobre preços de carros sugerido por Ana Amélia (na bancada)

Fabricantes alegam que valor não é alto

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, afirmou ontem, durante o debate na CAE, que os carros no Brasil não são caros e que as montadoras e fabricantes não têm alta lucratividade.

— Representamos 21% do PIB industrial e 5% do PIB brasileiro. A maior empresa em volume de produção do Brasil é a Petrobras e mais de 60% da produção da Petrobras é voltada para combustível automotivo. Portanto, podemos dizer que somos responsáveis por 60% da maior empresa do Brasil — disse Moan.

Ele informou que as montadoras geram 1,55 milhão de empregos diretos e indiretos.

Além disso, ressaltou que as montadoras pagam 54% de carga tributária e que o lucro médio dessas empresas foi de 2,9% de 2003 a 2011.

Na mesma linha, o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Flavio Antonio Meneghetti, disse que as 7.600 concessionárias movimentam 5,7% do produto interno bruto (PIB) e geram 410 mil empregos. Ele também reclamou dos impostos.

— De cada R\$ 100 do custo da receita líquida do fabricante, a margem bruta média de mercado possível é R\$ 17,71, mais R\$ 51 de impostos. Preço final: R\$ 168 — pontuou.

Meneghetti afirmou que a margem de lucro das conces-

sionárias é muito reduzida.

— A margem de lucro das concessionárias, sem sombra de dúvidas, não é o maior problema na formação do preço final do automóvel. Se a carga tributária fosse menor, o mercado brasileiro seria muito maior — afirmou.

O presidente da Fenabreve disse que a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) promovida pelo governo federal em 2012 e 2013 ajudou a vender 1,5 milhão de unidades.

— O governo deixou de arrecadar R\$ 5 bilhões de IPI, mas ganhou R\$ 5,6 bilhões em PIS-Cofins, R\$ 6 bilhões em ICMS e R\$ 1,5 bilhão de IPVA. Saldo líquido: mais de R\$ 8 bilhões — disse.

Contratos de publicidade com governo podem mudar

Proposta que objetiva evitar desvios do erário público foi aprovada ontem pela Comissão de Educação e ainda passará pela CCT e pela CCJ. O texto é substitutivo de Requião a projeto de Paim

O PODER PÚBLICO só poderá contratar serviços de publicidade se seguir o critério de técnica e preço, de acordo com proposta aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto (substitutivo ao PLS 337/2005) será analisado agora pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O substitutivo, de Roberto Requião (PMDB-PR) também permite a participação de agências de propaganda reunidas em consórcio e estabelece que o fator preço deverá responder no mínimo por 70% do total de pontos que podem ser obtidos pelos concorrentes na licitação.

Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto, que altera a Lei 12.232/2010, explicou que tomou a iniciativa a pedido de uma entidade de combate à impunidade e à corrupção.

— Segundo ela, os maiores problemas no erário ocorrem sobretudo via empresas de propaganda e publicidade. Ali estão os grandes desvios — disse.

Paim disse que o tema pode



Paim é autor do projeto, que exige critérios de técnica e preço nas contratações

ser considerado complexo, mas lembrou que a análise final e de mérito será feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Uma inovação sugerida por Requião é incluir, no cálculo da pontuação da proposta de preço, o “desconto padrão” — comissão dada à agência pela empresa que veicula a peça publicitária e costuma ser de 20%. O substitutivo possibilita que a agência repasse esse abatimento ao poder público e, assim, reduza os custos do serviço a ser prestado.

“Quanto maior esse abatimento, menores serão os dispêndios da administração pública, já que o desconto padrão é um percentual da quantia paga pelo anunciante ao veículo de divulgação”, explica Requião.

Atualmente, a Lei 12.232/2010 estabelece a adoção obrigatória dos tipos melhor técnica ou técnica e preço nas contratações de serviços de publicidade pelo governo. Requião preferiu exigir simultaneamente os critérios de técnica e preço.

Projeto dificulta fechamento de escolas rurais e indígenas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem projeto que dificulta o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 98/2013 exige que o fechamento dessas escolas seja avaliado pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que deverá considerar a justificativa da secretaria de Educação, o diagnóstico do impacto da medida e a manifestação da comunidade escolar. De autoria da Presidência da República, o texto segue agora para o Plenário.

Ao expor os motivos da proposta, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apontou que nos últimos cinco anos foram fechadas

mais de 13 mil escolas rurais, resultando, em muitos casos, em transtorno para a população, que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

— Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos, que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino — disse a relatora da proposta, Ana Rita (PT-ES).

O projeto não impede o fechamento das escolas, esclareceu a relatora.

Também foi aprovado requerimento de urgência feito pela senadora para que o texto seja apreciado quanto antes pelo Plenário. Se for aprovado sem emendas, seguirá para sanção presidencial.



Objetivo da proposta é evitar descontinuidade do ensino, diz Ana Rita

Paim adverte para a obesidade infantil: “É o mal do momento”

Paulo Paim (PT-RS) disse que o país precisa conter o avanço da obesidade infantil e as doenças crônicas decorrentes de uma dieta inadequada, como diabetes e hipertensão. O senador defendeu a aprovação de projeto dele, de 2005, que incentiva a alimentação saudável nas escolas, ao proibir que as cantinas escolares vendam bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com muito açúcar, gordura trans ou saturada ou sal.

Aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o texto está pronto para ser votado pela Comissão de Educação.

— A obesidade infantil já é considerada uma epidemia mundial e, no Brasil, sua prevalência aumentou 50% nos últimos dez anos. Que o nosso povo entenda que a obesidade é o mal do momento — afirmou.

Capiberibe alerta para presença de balsas perto de áreas indígenas



João Capiberibe (PSB-AP) pediu ontem ao governo que apure denúncia, por meio dos Ministérios de Minas e Energia, da Justiça e do Meio Ambiente, da Secretaria dos Direitos Humanos e do Ministério Público Federal, de que balsas com equipamentos de prospecção mineral e geradores de energia teriam sido vistas em rios do sul do Amazonas, perto de sete terras indígenas.

Segundo o senador, há na região um histórico de agressão ao meio ambiente e aos povos indígenas e o Brasil é signatário de portaria da Organização Internacional do Trabalho que exige consulta aos povos indígenas para qualquer empreendimento com impacto ambiental, social ou antropológico nas terras.

Ângela defende mais equilíbrio na guarda compartilhada de filhos



Ângela Portela (PT-RR) pediu aprovação de projeto que trata da guarda compartilhada de filhos. Ela é relatora do texto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto (PLC 117/2013), do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), prevê que o tempo de custódia dos filhos deve ser dividido entre a mãe e o pai. A senadora explicou que é uma forma de convivência que beneficia os filhos — que teriam garantida a presença de ambos os pais.

Ângela reconhece que a proposta não é uma “fórmula mágica”, mas aponta que a mudança poderá amenizar “desencontros dolorosos” que causam tormento para os pais e sofrimento para os filhos.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

